



Previsão de superávit comercial de 2026 cai para US\$ 84,4 bilhões

Produção de veículos tem melhor setembro desde 2014, diz Anfavea

Página 3

Falsas bets prometem até R\$ 3.000 com Pix de R\$ 20 e bloqueiam saque

Página 4

Receita envia cartas a 498 mil que estão na malha fina até o dia 20



Os contribuintes que tiveram a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2026 retida na malha fina começaram a ser avisados pelo Fisco. A Receita Federal está encaminhando os avisos em lotes semanais até o dia 20 de outubro, para estimular a regularização voluntária antes de uma eventual intimação ou notificação.

Quem identificar algum erro na declaração pode fazer a correção por meio de uma declaração retificadora, sem precisar comparecer a uma unidade da Receita. A regularização antecipada reduz o risco de multas e de atraso no pagamento da restituição.

Página 3

Feriado de 12 de outubro deve movimentar R\$ 3,59 bilhões no turismo em São Paulo

Página 2

Sarampo: Brasil intensifica ações face a avanço nos EUA e nas Américas

Página 6

DÓLAR

Comercial	Turismo
Compra: 4,99	Compra: 5,10
Venda: 4,99	Venda: 5,18

EURO

Compra: 5,59
Venda: 5,59

Esporte

Cascavel recebe semifinal do MOTO1000GP com disputas decisivas pelo campeonato

O MOTO1000GP chega a Cascavel em 8 de novembro para a semifinal do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade. Na pista mais curta e veloz da temporada, a sétima etapa coloca os pilotos em uma disputa decisiva por pontos e posições na classificação da temporada 2026. A rodada vai definir quem mantém a campanha pelo título até a Superfinal, o GP Pirelli, que será disputado em Goiânia.

Na GP1000 by Motul, três pilotos chegam à semifinal ainda na disputa pelo campeonato. Maxi Scheib, da JD43 Liquimoly, lidera a classificação com 199 pontos, seguido por Eric Granado, da Honda Racing, com 172, e Theo Manna, da Ipiranga Lubrificantes, com 136. Com 86 pontos ainda em disputa, os três permanecem na briga.

A GP Light chega a Cascavel com uma das disputas mais equilibradas da temporada. David Portugal, da JD43 Liquimoly,

lidera com 115 pontos, seguido por Marcelo Miarelli, da Castrol, com 97, Eduardo Marques, da Caju Racing, com 87, e Thiago Fonseca, da NRT Racing Team, com 80. São apenas 35 pontos entre o líder e o quarto colocado, mantendo os quatro pilotos na disputa pelo título.

A GP600 chega a Cascavel com quatro pilotos entre os candidatos ao campeonato. Mario Salles, da JD43M78 BLU CRU, lidera com 136 pontos, enquanto Caia Rodrigues, da DRT/Motul Racing Team, com 122, Pedro Valente, da Superbike Paraguay, soma 83 pontos, enquanto Alex Oliveira, da Pioneiro Motonil Motors, tem 82. A diferença de 14 pontos entre os dois primeiros coloca a categoria entre as disputas mais equilibradas da reta final.

Na Daytona 660 Cup, João Carneiro, da Caju Racing, lidera com 124 pontos, enquanto Agustin Donatti, da Castrol, soma 108. A diferença de 16 pontos entre os dois e os 54 ainda disponíveis mantém ambos na

disputa pelo campeonato.

Além das disputas do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, o GP Cascavel também recebe as categorias Yamalube R3 BLU CRU LA Cup e Yamaha R15 BLU CRU LA, válidas pelo Campeonato Latino-Americano. Ao todo, a programação reúne dez corridas de sete categorias no Autódromo Internacional Zilmar Beux, com disputas nacionais e sul-americanas ao longo do fim de semana. Os ingressos para o GP Cascavel já estão disponíveis para o público acompanhar de perto a semifinal do MOTO1000GP e toda a programação da etapa.

Os ingressos antecipados para o GP Cascavel estão disponíveis no Sympla, com sete modalidades e preços entre R\$ 15 e R\$ 600. A compra antecipada das credenciais Club GP VIP e Club GP Paddock garante um bonê oficial do MOTO1000GP. O Combo Casal oferece dois acessos com valor especial.

Club GP VIP: acesso a uma área exclusiva acima dos boxes,



Daytona 660 Cup: Carneiro (15) e Donatti (51) disputam o título da categoria

com vista privilegiada da pista. No domingo, o espaço oferece coquetel e bebidas em horário estabelecido. A compra antecipada também garante um bonê oficial do MOTO1000GP.

Club GP Paddock: acesso a uma área com vista privilegiada para acompanhar as competições de perto, sem serviço de coquetel ou bebidas.

Paddock Promo: opção promocional de acesso ao paddock, com proximidade da pista, sem serviço de coquetel ou bebidas. O Paddock Promo não acompanha o bonê do MOTO1000GP.

Ingresso Arquibancada: alternativa para acompanhar as corridas nas arquibancadas do autódromo. Disponível para compra na modalidade meia-entrada.

O evento também oferece estacionamento gratuito, sem seguro, para carros e motocicletas em todas as categorias de ingresso. Mais informações estão disponíveis em www.m1gp.com.br.

O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Honda, Motul, Pirelli, Suhai Seguradora, Shochi, Diálogo Engenharia, Mottu e Tutto Moto e o apoio da Revista Duas Rodas. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do Canal RACER Brasil. A GP1000 by Motul tem transmissão ao vivo da corrida principal, no domingo, em rede aberta pela TV Gazeta.

Sesi Vôlei Bauru e Osasco São Cristóvão Saúde fazem final do Paulista Feminino



Está definida a final do Campeonato Paulista Feminino de Vôlei da Divisão Especial. Sesi Vôlei Bauru e Osasco São Cristóvão Saúde venceram seus confrontos nas semifinais e vão definir o título estadual em uma final que reúne duas das principais equipes do voleibol paulista e nacional. Ambas estão acostumadas a disputar as primeiras posições e títulos, o que faz prever dois jogos emocionantes.

As finais estão marcadas para as dias 9 e 13 de outubro. Com

Federação Paulista de Voleibol

melhor campanha na fase de classificação, o time de Bauru terá a vantagem de decidir em casa o confronto melhor de duas partidas, com desempate, caso seja necessário, pelo Golden Set. O jogo de ida será no ginásio José Liberatti, em Osasco, às 21h30, ficando o de volta para a Arena Paula Skaff, em Bauru, a partir das 19 horas. Os jogos terão transmissão ao vivo pelo Canal Sportv 2.

As semifinais tiveram situações distintas. O Osasco São Cristóvão Saúde garantiu a vaga em uma partida de tirar o fôlego. Jogando diante do Pinheiros, a equipe venceu por 3 sets a 2, em duelo

marcado pelo equilíbrio do início ao fim. O Pinheiros saiu na frente ao fazer 26/24 no primeiro set, mas Osasco respondeu com 25/22.

A equipe do Pinheiros voltou a abrir vantagem no terceiro set, vencendo por 25/23, mas o Osasco não deixou a classificação escapar. Com atuação dominante, venceu o quarto set por 25/12 e levou a definição para o tie-break. No quinto set, novamente foi superior e fechou a partida em 15/8, assegurando presença na decisão.

Em Bauru, o Sesi Vôlei Bauru teve uma classificação mais tranquila. A equipe derrotou o Cora São Caetano por 3 a 0, com parciais de

25/18, 25/18 e 25/20, confirmou sua vaga na final e agora terá o fator casa no segundo jogo da decisão.

O Campeonato Paulista Adulto de Voleibol – Divisão Especial tem organização da Federação Paulista de Voleibol, com apoio de Foco Radical, Penalty, SportTV, Cavelra e Playpussy.

Final - Sesi Vôlei Bauru x Osasco São Cristóvão Saúde

Jogo de ida: 9 de outubro - Osasco, 21h30

Jogo de volta: 13 de outubro - Bauru, 19 horas

Mais informações: www.fpv.com.br

Feriado de 12 de outubro deve movimentar R\$ 3,59 bi no turismo

O feriado de 12 de outubro, em que se celebra o dia de Nossa Senhora Aparecida, deve movimentar R\$ 3,59 bilhões na economia do turismo de São Paulo, com a circulação estimada de 3,05 milhões de visitantes em diferentes destinos do estado. Os dados são do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP).

A expectativa é de ocupação hoteleira média de 75% durante o fim de semana prolongado. O turismo religioso deve ser um dos principais responsáveis pelo

movimento. Municípios como Apiaí, Avaré e Cesário Lange programaram procissões e peregrinações em homenagem à santa.

Em Pindamonhangaba, que está na rota de importantes romarias, a expectativa é receber cerca de 150 mil pessoas durante o período.

Já em Aparecida, principal destino do turismo religioso no país, a movimentação deve ser ainda maior. A cidade recebeu quase 500 mil fiéis em 2025 durante a Festa da Padroeira e espera superar esse número neste ano.

As celebrações religiosas também estarão associadas a



A expectativa é de ocupação hoteleira média de 75% durante o fim de semana prolongado

festas populares em diferentes regiões do estado. Anhumas, Anhembí, Barbosa e Bom Jesus

dos Perdões estão entre os municípios que apostam em quermesses e outros festejos para

atrair visitantes.

Em Brotas, o destaque será o cortejo fluvial, que deve reunir aproximadamente 18 mil visitantes entre os dias 10 e 12 de outubro.

Dia das Crianças amplia opções para as famílias

A programação voltada ao Dia das Crianças também deve estimular o turismo no estado. Prefeituras prepararam atividades como brinquedos em áreas públicas, oficinas e apresentações culturais. Estabelecimentos comerciais e turísticos também devem oferecer promo-

ções e descontos em alimentação e hospedagem.

Um dos principais destinos de lazer do interior paulista, Olímpia espera receber cerca de 64 mil visitantes durante o feriado. A cidade deve ser beneficiada principalmente pela procura por seus parques temáticos e atrações voltadas ao público familiar.

No litoral, a previsão de condições favoráveis também deve estimular viagens e passeios. A expectativa é de que aproximadamente 30 mil pessoas circulem pelo Litoral Norte durante o período. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Editorial: a partir da edição 09.10.2026, contaremos histórias de vereadores(as) que se elegeram a outros cargos e também de quem não conseguiu ...

PREFEITURA (São Paulo)

Editorial: a partir da edição 09.10.2026, contaremos histórias de secretários(as) do prefeito Nunes que se elegeram e também de quem não conseguiu ...

ASSEMBLEIA (Brasil)

Editorial: a partir da edição 09.10.2026, contaremos histórias de deputados(as) que se elegeram a outros cargos e também de quem não conseguiu ...

GOVERNO (São Paulo)

Editorial: a partir da edição 09.10.2026, contaremos histórias de secretários(as) do reeleito governador Tarciso que se elegeram e também quem não conseguiu ...

CONGRESSO (Brasil)

Editorial: a partir da edição 09.10.2026, contaremos histórias de deputados(as) federais e senadores(as) que se elegeram e também de quem não conseguiu ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Editorial: a partir da edição 09.10.2026, contaremos histórias de ministros(as) de Lula (PT) e Alckmin (PSB) que se elegeram e também de quem não conseguiu ...

PARTIDOS (Brasil)

Editorial: a partir da edição 09.10.2026, contaremos histórias dos que agora mais que nunca são sócios preferenciais no PL do Costa Neto e da família Bolsonaro ...

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

Anel adia discussão sobre fim de contrato com a Enel em São Paulo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel) adiou julgamento sobre a suspensão do contrato de concessão com a Enel SP, para distribuição na região metropolitana de São Paulo.

O assunto foi discutido em reunião pública na terça-feira (6) e será retomado em 60 dias, após pedido de vista de um dos diretores da Anel.

A discussão teve por relatora a diretora Agnes da Costa, que se posicionou a favor da caducidade (perda da validade) do contrato de distribuição da Enel.

Segundo ela, persistiram falhas na prevenção e resolução dos problemas de distribuição, que permanecem sem resolução definitiva.

A diretora expôs o voto, ancorado em extensa demonstração da suficiência das provas

obtidas, do direito de defesa da concessionária e da suficiência dos procedimentos tomados no processo.

Destacou, ainda, que a empresa tenta dificultar o processo, por meio de medidas jurídicas e detalhes técnicos, desconsiderados por falta de relação com o observado na fiscalização.

Pedido de vista

O debate sobre a suspensão do contrato segue suspenso após pedido de vista do diretor Gentil Nogueira. O assunto deve retornar à pauta em 60 dias.

Enel

Na sessão, o representante da Enel SP Tiago de Barros Correia afirmou que a empresa atingiu os índices necessários de atendimento e atendeu adequadamente às emergências ocor-



Foto: Rômulo Rangel/Agência Brasil

ridas no último ano. A empresa expôs, ainda, manifestações de prefeitos de cidades onde atua e de organizações da sociedade civil, argumentos que não convenceram a diretora.

Memória

O processo de caducidade foi

iniciado após sequência de multas e ações fiscalizatórias com pouca efetividade, e depois de reclamações reiteradas do prefeito da capital paulista e do governador do estado. Eles chegaram a propor a transferência de responsabilidade regulatória para o estado. (Agência Brasil)

Outubro Rosa: CPTM reforça conscientização sobre o câncer de mama



A mobilização tem como objetivo disseminar informações sobre a doença, incentivar o acompanhamento da saúde e reforçar a importância do diagnóstico precoce

A CPTM participa da campanha Outubro Rosa com uma ação de saúde na Estação Itaim Paulista, zona leste da capital paulista, nesta quinta-feira (8), em parceria com a Sequencial Educação. Das 14h às 16h e das 19h às 21h, alunos da instituição realizarão aferição de pressão e ori-

entarão os usuários sobre o Outubro Rosa, com informações voltadas à conscientização e à prevenção do câncer de mama.

O Outubro Rosa é uma campanha mundial de conscientização sobre o câncer de mama, realizada anualmente no mês de outubro. A mobilização tem como

objetivo disseminar informações sobre a doença, incentivar o acompanhamento da saúde e reforçar a importância do diagnóstico precoce.

No Brasil, excluídos os tumores de pele não melanoma, o câncer de mama é o tipo de câncer mais incidente entre as mulheres. Para cada ano do triênio 2023-2025, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) estimou 73.610 novos casos da doença no país.

A detecção precoce é um dos principais fatores para ampliar as possibilidades de tratamento. Em muitos casos, o câncer de mama pode não apresentar sintomas nas fases iniciais, reforçando a importância do acompanhamento regular da saúde e da realização dos exames indicados pelos profissionais de saúde.

A mamografia é um dos principais exames utilizados para o rastreamento da doença e pode identificar alterações antes mes-

mo que sejam percebidas pelo toque. Desde 2025, o Ministério da Saúde recomenda o rastreamento mamográfico para mulheres de 50 a 74 anos, a cada dois anos, no âmbito das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS). Mulheres fora dessa faixa etária ou com maior risco podem receber recomendações diferentes, conforme avaliação individual dos profissionais de saúde.

Além dos exames de rastreamento, o autoconhecimento também é importante. Alterações persistentes nas mamas, como nódulos, mudanças na pele ou no mamilo e saída espontânea de secreção, devem ser avaliadas por um profissional de saúde.

A iniciativa integra as ações da CPTM voltadas à promoção da saúde e ao bem-estar dos passageiros e utiliza o ambiente das estações para levar informação e serviços à população durante sua rotina de deslocamento. (Governo de SP)

Banco do Povo desembolsa R\$ 360,8 milhões para negócios liderados por mulheres

Nesta semana são celebrados o Dia do Empreendedor e o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, e o Banco do Povo Paulista (BPP), programa de microcrédito produtivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), já concedeu R\$ 360,8 milhões para impulsionar o empreendedorismo feminino no estado de São Paulo desde 2023.

No mesmo período, por meio da linha exclusiva Empreenda Mulher, que tem como objetivo estimular a independência financeira e a geração de renda do público feminino, o programa já desembolsou R\$ 283,7 milhões para 18,2 mil mulheres.

Entre as beneficiadas está a Gisele Baracat médica veterinária, moradora de Bauru, que contou com apoio do Banco do Povo para montar o seu hotel para animais no espaço que já realizava atendimentos veterinários. O microcrédito foi utilizado para reformar o local, com pintura e troca

de piso, etapa essencial para viabilizar o novo serviço. "Pude iniciar minha trajetória, já que a questão da estrutura era primordial. Sem esse financiamento, não conseguiria", relembra.

Hoje, o empreendimento oferece hotel para pets, atendimento veterinário, visitas domiciliares e, de forma esporádica, serviço de creche. Os animais são recebidos em um ambiente residencial, onde a veterinária mora e trabalha. Além de cães e gatos, também recebe aves, répteis, anfíbios, peixes, jabutis, lagartos e porquinhos-da Índia.

A empreendedora Priscila de Jesus do Prado Ferreira, 39 anos, moradora de Leme, na região de Campinas, é proprietária do restaurante Nori Temakeria e já recorreu ao microcrédito do Banco do Povo em duas oportunidades. O primeiro empréstimo foi para comprar equipamentos como uma geladeira e mesas de inox. Já os dois empréstimos seguintes fo-

ram para adquirir matéria-prima, principalmente peixes em atacado. "O atendimento do programa é excelente e as taxas são muito acessíveis, não pesam no bolso do pequeno empresário. Foi fundamental para manter a qualidade que os clientes já conhecem", comenta.

As empreendedoras formais e informais podem solicitar valores entre R\$ 200 e R\$ 21 mil, em quatro linhas de crédito: Empreenda Rápido, Empreenda Mulher, Empreenda Afro e Empreenda Cooperativa (de R\$ 15 mil a R\$ 180 mil).

As taxas de juros são a partir de 0,35% ao mês para empreendedores formais e de 0,8% ao mês para empreendedores informais. O prazo para pagamento é de 24 a 36 meses e carência de 60 a 90 dias.

Para solicitar o microcrédito, os interessados devem realizar uma atividade produtiva nos municípios contemplados pelo BPP e não possuir restri-

ções cadastrais no Serasa e/ou Cadin Estadual. É preciso realizar um curso de capacitação empreendedora, promovido gratuitamente pelo Qualifica SP ou pelo Sebrae nas modalidades presencial e virtual.

Ao todo, há 568 unidades do Banco do Povo espalhadas pelo estado de São Paulo. Os endereços e a lista dos documentos necessários para solicitar o microcrédito, estão disponíveis na página do Banco do Povo, no site da SDE.

Semana do Empreendedorismo

Em celebração às datas, ao longo desta semana, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE) preparou uma série de conteúdos voltados aos empreendedores, com iniciativas e ferramentas disponíveis para apoiar quem empreende em diferentes etapas de desenvolvimento do negócio. (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Previsão de superávit comercial de 2026 cai para US\$ 84,4 bilhões

A queda nas projeções do preço do petróleo fez o governo reduzir a previsão para o superávit da balança comercial brasileira em 2026, de US\$ 90 bilhões para US\$ 84,4 bilhões.

Apesar do corte, o resultado projetado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) ainda representa alta de 24% em relação ao superávit registrado em 2025. Em setembro, o país registrou saldo positivo de US\$ 7,4 bilhões, mais que o dobro do resultado obtido no mesmo mês do ano passado.

Nova projeção

A revisão da estimativa para 2026 está relacionada principalmente à redução dos preços do petróleo. O barril chegou a atingir US\$ 138 em abril, após a entrada dos Estados Unidos na guerra com o Irã, mas recuou posteriormente. Mesmo com a alta na cotação do petróleo nas últimas semanas, o barril do tipo Brent, referência para as negociações internacionais, está em torno de US\$ 100.

A queda afeta tanto as exportações quanto as importações brasileiras, já que o país vende petróleo bruto ao exterior e também compra derivados.

Apesar do corte, o resultado projetado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) ainda representa alta de 24% em relação ao superávit registrado em 2025.

A nova previsão do MDIC considera:

Exportações: US\$ 382,5 bilhões, contra projeção anterior de US\$ 394,4 bilhões;

Importações: US\$ 298,1 bilhões, contra US\$ 304,4 bilhões; Superávit comercial: US\$ 84,4 bilhões, contra US\$ 90 bilhões.

Com a revisão, a estimativa de vendas externas cai para US\$ 11,9 bilhões, enquanto a previsão para as compras diminuiu US\$ 6,3 bilhões.

Ainda assim, as exportações projetadas para 2026 representam crescimento de 9,8% sobre 2025, enquanto as importações devem avançar 6,4%.

Segundo maior saldo

Caso a projeção seja confirmada, o superávit de 2026 será o segundo maior da série histórica, atrás apenas do resultado registrado em 2023, de US\$ 98,9 bilhões. Em 2025, o Brasil encerrará o ano com saldo positivo de US\$ 68,1 bilhões.

68,1 bilhões.

Esta é a segunda revisão da estimativa feita pelo Mdic em 2026. A previsão inicial era de um superávit de US\$ 72,1 bilhões, posteriormente elevada para US\$ 90 bilhões em julho.

Para alcançar o novo resultado projetado, o Brasil precisará acumular um superávit de aproximadamente US\$ 22 bilhões entre outubro e dezembro. O valor é próximo ao registrado no último trimestre de 2025, quando o saldo positivo foi de US\$ 21,8 bilhões. Segundo Herlon Brandão, diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do MDIC, a estimativa está próxima do desempenho observado até setembro.

“Estamos prevendo três meses à frente. Então, é natural que esses números se aproximem e tenhamos já um cenário bastante consolidado para o que vai ser o fechamento do ano”, afirmou Brandão.

Saldo cresce em setembro

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 7,4 bilhões em setembro, alta de

146,4% em relação aos US\$ 3,14 bilhões registrados no mesmo mês de 2025.

Foi o maior saldo mensal desde junho, quando o resultado positivo chegou a US\$ 9 bilhões.

No mês passado, as exportações somaram US\$ 34,42 bilhões, avanço de 12,9% na comparação anual. As importações ficaram em US\$ 26,68 bilhões, queda de 2,4%.

O crescimento das exportações em setembro foi influenciado principalmente pela alta dos preços dos produtos vendidos ao exterior.

Em média, os preços das mercadorias exportadas aumentaram 9,9%, enquanto o volume embarcado cresceu 2,3%.

Setembro teve 21 dias úteis, um a menos que no mesmo mês de 2025. Considerando a média diária, as exportações apresentaram crescimento de 18,3%.

O petróleo bruto foi um dos principais responsáveis pelo desempenho das vendas externas no mês. As exportações do produto totalizaram US\$ 6,49 bilhões, alta de 77,3% em relação a setembro do ano passado. (Agência Brasil)

Bets começam a informar bancos sobre R\$ 1,3 bilhão a devolver

As empresas de apostas online autorizadas a operar no Brasil começaram na quarta-feira (7) a informar aos bancos os saldos que ainda estão nas contas dos apostadores. Ao todo, R\$ 1,325 bilhão de cerca de 26,5 milhões de pessoas aguardam devolução após o fim das operações das bets no país.

Os dados, separados por Cadastro de Pessoa Física (CPF) e vinculados à conta bancária usada nos depósitos, deverão ser enviados pelas plataformas até esta quinta-feira (8). Com essas informações, as instituições financeiras terão de devolver os valores de 9 a 14 de outubro.

rir os valores diretamente para as contas utilizadas pelos apostadores para fazer os depósitos nas plataformas.

O cronograma definido pelo governo estabelece: 7 e 8 de outubro: bets enviam aos bancos os saldos por CPF e os dados bancários; 9 a 14 de outubro: bancos fazem a devolução aos apostadores; 14 de outubro em diante: valores que não puderem ser devolvidos são encaminhados à Caixa Econômica Federal; após o repasse à Caixa: a instituição fica responsável por concluir a restituição.

O prazo para o saque voluntário diretamente nas plataformas terminou às 23h59 de segunda-feira (5).

Veja os números

R\$ 1,325 bilhão ainda aguarda devolução; 26,5 milhões de apostadores têm saldo nas plataformas; 86,2 milhões de contas têm menos de R\$ 1; R\$ 15,5 milhões estão nessas contas com saldo entre R\$ 0,01 e R\$ 0,99; 188 sites legalizados tiveram a autorização cancelada; 13.241 sites ilegais foram encaminhados para bloqueio.

Como será a devolução

Os bancos deverão transfe-

Saldo pulverizado

Grande parte dos valores ainda não retirados está concentrada em contas com quantias muito pequenas.

Segundo o governo, 86,2 milhões de contas têm saldo entre R\$ 0,01 e R\$ 0,99. Juntas, elas somam R\$ 15,5 milhões.

O número de contas é superior ao de apostadores porque uma mesma pessoa pode ter cadastro em mais de uma plataforma. (Agência Brasil)

Receita envia cartas a 498 mil que estão na malha fina até o dia 20

Os contribuintes que tiveram a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2026 retida na malha fina começaram a ser avisados pelo Fisco. A Receita Federal está encaminhando os avisos em lotes semanais até o dia 20 de outubro, para estimular a regularização voluntária antes de uma eventual intimação ou notificação. Quem identificar algum erro na declaração pode fazer a correção por meio de uma declaração retificadora, sem precisar comparecer a uma unidade da Receita. A regularização antecipada reduz o risco de multas e de atraso no pagamento da restituição.

da Receita Federal.

O procedimento deve ser feito antes de uma eventual intimação ou notificação. Segundo a Receita, essa iniciativa pode evitar o risco de multas e de atraso na restituição.

Caso a declaração esteja correta e o contribuinte tenha os documentos que comprovem as informações, a orientação é não fazer alterações. Nesse caso, é necessário guardar a documentação e aguardar eventual solicitação da Receita.

Erros mais comuns

A Receita Federal destaca alguns dos principais problemas que podem levar uma declaração à malha fina: Esquecer de informar rendimentos recebidos de forma pontual durante o ano; Não incluir rendimentos recebidos por dependentes; Não informar todos os rendimentos de aposentadoria quando há mais de uma fonte pagadora; Informar o ano errado de uma despesa médica; Declarar valor diferente do efetivamente pago em uma despesa médica; Incluir como despesa médica gastos que não são dedutíveis; Informar Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) como despesa dedutível.

No caso do VGBL, a Receita esclarece que esse tipo de plano não é considerado previdência privada para fins de dedução do Imposto de Renda e, portanto, não pode ser utilizado para reduzir a base de cálculo do imposto.

Cartas

O objetivo do Projeto Cartas 2026 é permitir que o próprio contribuinte corrija eventuais inconsistências antes de uma ação formal do Fisco.

Embora esteja enviando correspondências, os contribuintes que tiverem dúvida sobre a situação da declaração devem confirmar diretamente a existência de pendências pelo Meu Imposto de Renda. (Agência Brasil)

Produção de veículos tem melhor setembro desde 2014, diz Anfavea

Apesar de apresentar queda de 1,1% em relação a agosto, a produção de veículos no Brasil — que engloba automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões — teve um bom desempenho em setembro, com crescimento de 10,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo o balanço divulgado na tarde da quarta-feira (7) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), este foi o melhor mês de setembro desde 2014, com uma produção de 268,3 mil veículos.

No acumulado do ano, entre janeiro e setembro, a alta é de 8,7% em relação ao mesmo período do ano passado, com quase 2,2 milhões de unidades produzidas. No entanto, alerta a associação, das 173 mil unidades produzidas a mais na comparação com o ano passado, apenas 50 mil foram fabricadas totalmente no país. O restante ocorreu nos regimes CKD (Completely Knocked Down) e SKD (Semi Knocked Down), que permitem a montagem final dos

automóveis no Brasil.

Além do crescimento na produção, em setembro, o setor também apresentou o maior volume de emplacamentos para o mês desde 2014, com 281,4 mil unidades comercializadas. Isso foi impulsionado principalmente pelas vendas de automóveis, que avançaram 22,5% no ano.

“Este mês de setembro foi o maior volume desde 2014. Há muito tempo a gente não tinha um mês de setembro tão bom”, disse o presidente da Anfavea, Igor Calvet, em entrevista coletiva concedida hoje.

Enquanto houve aumento na produção e nos emplacamentos, as exportações continuaram em queda, sem apresentar sinal de recuperação. Há seis meses, segundo a Anfavea, as exportações estão estagnadas, com um patamar mensal abaixo de 40 mil unidades, principalmente por causa da situação da Argentina e da perda de participação dos veículos brasileiros para os modelos chineses e mexicanos.

Em setembro, foram exportadas 39,8 mil unidades, alta de 0,1% sobre agosto e queda de 24,2% sobre setembro do ano passado.

“A gente depende muito da Argentina e 96% dessa queda pode ser explicada pela queda [das exportações] para a Argentina”, disse Calvet.

Além disso, destacou ele, as importações de veículos vêm apresentando alta, com crescimento de 34,9% sobre setembro do ano passado. “As importações cresceram 30% no acumulado [do ano] e a nossa exportação tem crescido 20%. Então, a gente não só está aumentando o que compramos do exterior, como também diminuindo a nossa venda para o exterior”, ressaltou o presidente da entidade.

Com o bom desempenho observado ao longo deste ano tanto de vendas quanto de produção, a Anfavea decidiu revisar as projeções de fechamento do setor para o final de 2026.

A expectativa da associação é que o Brasil feche o ano com 3,1

milhões de autoveículos emplacados, um patamar que não é alcançado desde 2014. Se isso se confirmar, a Anfavea estima que o crescimento será de 15,2% em relação a 2025, acima dos 2,7% que haviam sido previstos no início deste ano. Este avanço, diz a associação, deve ser impulsionado pelos segmentos de autoveículos e comerciais leves, cuja expectativa de crescimento passou para 16,4%.

A produção, por sua vez, também deve registrar um desempenho positivo, mas ainda distante do potencial da demanda interna. A projeção de crescimento passou de 3,7% para 6,7%, com um volume superior a 2,8 milhões de unidades, o que seria o melhor resultado desde 2019.

Por outro lado, o segmento de veículos pesados, composto por caminhões e ônibus, ainda deverá encerrar o ano com uma retração de 6,5% nos emplacamentos. Segundo as projeções, as exportações também devem ter desempenho negativo, com queda de 17,7%. (Agência Brasil)

Maior leilão do pré-sal termina com sete dos 13 blocos arrematados

O maior leilão de blocos de exploração e produção de petróleo e gás do chamado Polígono do Pré-sal terminou com sete dos 13 blocos ofertados sendo arrematados. O 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção foi realizado na manhã da quarta-feira (7).

A disputa organizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na sede da instituição, no Centro do Rio de Janeiro, permitiu ao governo arrecadar R\$ 530 milhões em bônus de assinatura. Se todos os blocos tivessem sido contratados, o valor somaria R\$ 1,24 bilhão.

Esse foi o leilão do pré-sal com mais blocos arrematados. O anterior (3º Ciclo, em 2025), teve cinco áreas licitadas. Como o resultado, a área exploratória sob regime de partilha aumenta 58%, alcançando 39,2 mil km², o equivalente a cerca de 90% do território do estado do Rio de Janeiro (43,8 mil km²).

Havia 19 companhias habilitadas, mas apenas seis apresentaram propostas, sendo quatro estrangeiras. Não houve disputa, ou seja, em todos os sete blocos arrematados, apenas uma competidora ofereceu lance.

As maiores vencedoras foram as brasileiras Petróbras e Prio (antiga PetroRio), cada uma com dois blocos. A norueguesa Equinor também levou duas áreas, uma delas em consórcio com a portuguesa Galp.

Para explorar os blocos, todos localizados nas bacias de Santos e Campos, na costa do Sudeste, as petroleiras se comprometeram a fazer investimentos mínimos na ordem de R\$ 778,4 milhões.

Assim como os bônus de assinatura, os investimentos mínimos são previstos no edital da ANP, agência reguladora do setor de óleo e gás no país, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Além de aval do MME, as áreas exploratórias levadas ao leilão receberam sinal verde também do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

No leilão do modelo de partilha, vence a empresa que oferecer à União a maior parcela de óleo excedente % a produção que sobra após pagamento dos custos. O acordo funciona como uma forma de repartição do lucro com o Estado brasileiro.

O edital prevê um valor mínimo para cada bloco. A disputa tem caráter sigiloso na apresentação das ofertas, ou seja, as empresas não ficam sabendo previamente qual é o percentual de excedente em óleo que as concorrentes estão oferecendo e em quais áreas farão oferta.

Dessa forma, mesmo não tendo havido disputa nos blocos, todos foram arrematados com água, que variou de 8% a quase 49%. O água médio foi de 108,38%.

Estavam em oferta cinco áreas na Bacia de Campos (Magenta, Turmalina, Hematita, Larimar e Azurita) e oito na Bacia de Santos (Jade, Aragonita, Cruzeiro do Sul, Opala, Granada, Cerussita, Rubi e Rodocrosita).

As empresas vencedoras precisam, a partir de agora, seguir as demais etapas previstas no cronograma, como apresentação de documentos e pagamento do bônus de assinatura, para, então, serem assinados os contratos, o que está previsto para 26 de fevereiro de 2027.

Não foram arrematados os blocos Turmalina, Larimar, Aragonita, Opala, Granada e Cerussita. Eles ficam na “prateleira” da próxima rodada de licitação.

O pré-sal fica sob uma espessa camada de sal, que pode chegar a 7 mil metros de profundidade. Atualmente, é a principal área de produção no país. Em setembro, por

exemplo, respondeu por 82,6% do petróleo e gás brasileiros.

Conforme declarou antes do início do leilão o diretor-geral da ANP, Artur Watt Nêto, o pré-sal continua sendo “uma das maiores fontes fronteiras exploratórias do mundo”.

“Temos que continuar trabalhando para ofertar blocos vizinhos às oportunidades identificadas”, disse ele, que se refere ao pré-sal como “grande riqueza que o país tem”.

A partir das 14h desta quarta-feira, a ANP realizou o 6º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, que coloca em disputa 313 blocos de exploração em 22 setores, que incluem exploração terrestre (onshore) e marítima (offshore), como o pós-sal na costa do Sudeste.

A diferença é que no modelo de concessão, que exclui as áreas do pré-sal, a vencedora é a empresa que oferecer o maior bônus de assinatura. Não há proposta de compartilhar barris de petróleo diretamente com a União.

No leilão da tarde, dois setores pertencem à Bacia do Ceará, localizada na Margem Equatorial Brasileira. A área é vista pela indústria do petróleo como fronteira promissora.

Ao todo, 46 empresas estão habilitadas para participar.

Tanto na partilha quanto na concessão, durante a fase de produção, as petroleiras pagam royalties e participação especial (no caso de campos de grande produção) ao governo, uma forma de compensação ambiental.

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), um centro de estudos vinculado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), entidade privada que reúne empresas do setor, enxergam nos leilões uma forma de dinamizar a indústria

do petróleo, gerando emprego e renda, além de avanço para a segurança energética do país.

Por outro lado, ativistas ambientais veem os leilões com preocupação. O Instituto Argenteo, uma organização não governamental dedicada a questões socioambientais, chegou a entrar com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal pedindo a não realização do leilão.

A organização alega que há sobreposições das áreas em disputa com territórios indígenas e quilombolas, assentamentos da reforma agrária, áreas de conservação e regiões de pesca artesanal.

Desde antes do início do leilão de partilha, manifestantes fazem protestos em frente à sede da ANP.

No início do leilão de partilha, o secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Renato Dutra, afirmou que o petróleo é um fator que concede vantagem ao Brasil no cenário internacional.

Ele acrescentou que o MME trabalha em conjunto com o MMA para aumentar a oferta de blocos exploratórios para “garantir a segurança energética nacional”.

Segundo ele, nos próximos meses, o governo deve colocar à disposição mais de 50 blocos exploratórios na Bacia de Pelotas, litoral Sul do país. A área também é vista como promissora por ter características geológicas semelhantes à costa africana, onde há produção de petróleo.

Ele reafirmou o interesse do governo na exploração conhecida como “não convencional”, o fraturamento hidráulico (fracking, em inglês).

Essa técnica utiliza injeção sob alta pressão de uma mistura de água, areia e aditivos químicos para provocar fraturas nas formações rochosas e permitir a extração dos combustíveis fósseis. (Agência Brasil)

CNJ e BC assinam acordo para disciplinar pagamento de precatórios

STF deve julgar revisão da condenação de Bolsonaro após eleições

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar a revisão criminal do ex-presidente Jair Bolsonaro após o segundo turno das eleições, marcado 25 de outubro.

Em nota divulgada à imprensa, o gabinete do relator do caso, ministro Kassio Nunes Marques, informou que o caso não será julgado antes do término do pleito para não interferir nas eleições.

O caso está pendente de manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e será julgado pelo plenário da Corte.

Caberá ao ministro Edson Fachin, presidente do Supremo, marcar a data do julgamento.

A defesa de Bolsonaro pretende derrubar a decisão da Primeira Turma, que condenou o ex-presidente a 27 anos e três meses de prisão na ação que investigou a tentativa de golpe de Estado no Brasil.

O processo foi distribuído ao ministro Kassio Nunes Marques, que é membro da Segunda Turma da Corte.

Além de Kassio e André Mendonça, ambos indicados ao STF pelo ex-presidente, o colegiado é formado pelos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Plenário da Corte é formado pelos integrantes das duas turmas e o presidente, Edson Fachin. (Agência Brasil)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Banco Central assinaram na terça-feira (6) acordo para criação de regras mais rígidas para a concessão de créditos de precatórios, títulos de dívida do governo federal.

As novas normas pretendem disciplinar a comercialização paralela de precatórios, que ocorre com operações de deságio na compra e venda por empresas, instituições financeiras e escritórios de advocacia.

A proposta foi assinada pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, e o presidente do Banco Central, Gabriel Galipoli, e será colocada em votação no plenário do conselho entre os dias 8 e 15 de outubro.

Entre as regras mais importantes, está a obrigatoriedade de escritura pública para validação da transferência de titularidade de créditos perante o Judiciário.

O Banco Central será responsável pelas medidas para determinar às instituições reguladas do mercado financeiro a inclusão



dos créditos em registros eletrônicos para rastreamento.

A proposta também pretende vetar a compra de precatórios por advogados que atuam como patronos de uma causa referente a precatórios e aumentar as exigências para transferências de créditos para entidades beneficentes.

O pagamento dos precatórios deverá ser feito ao titular registrado na Justiça e não poderá ser transferido para intermediários. O pagamento ocorrerá por meio de conta bancária informa-

da previamente.

O caso dos precatórios bilionários veio à tona após uma reportagem do Portal Metrópoles revelar a existência de um contrato de R\$ 427 milhões entre o Banco Master e o escritório da advogada Camilla Ramos, esposa do desembargador Newton Ramos, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). O valor seria pago em caso de sucesso nas causas referentes ao setor sucroalcooleiro.

O contrato foi encontrado pela Polícia Federal (PF) no celular do

ex-banqueiro Daniel Vitorcero.

Em nota divulgada à imprensa, o escritório Queiroga, Vieira, Queiroz e Ramos declarou que possui contrato formal com o Master para atuar nos processos que envolvem precatórios, mas não recebeu qualquer pagamento "a título de pró-labore ou de êxito".

"O escritório esclarece também que a taxa de êxito acordada com o banco para atuação nos casos de processos envolvendo precatórios foi 5%, patamar inferior ao previsto no CPC e no estatuto da OAB", completou a banca.

O acesso da PF ao celular de Vitorcero também revelou que assessores do ex-banqueiro citaram que a advogada e o desembargador seriam da "Turma do KN", em referência ao ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Após a divulgação das conversas, o ministro declarou que nunca trocou mensagens com Vitorcero nem autorizou ninguém a falar em seu nome. (Agência Brasil)

Fraude no INSS usa idosos como duplês de biometria para fraudar R\$ 86 milhões

O juiz Leonardo Araújo de Miranda Fernandes, da 1ª Vara Federal Criminal de Governador Valadares, aceitou, na noite da terça-feira (6), a denúncia do MPF (Ministério Público Federal) de um esquema que inventava pessoas para driblar a biometria e fraudar o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a quem tem deficiência ou é idoso em situação de vulnerabilidade social.

Os 35 suspeitos poderão responder pelos crimes de estelionato qualificado, associação criminosa, em uma operação descrita pelo Ministério da Previdência Social como a maior em 26 anos da Força Tarefa Previdenciária.

Segundo a investigação, as impressões digitais e os rostos de idosos envolvidos no esquema eram usados para criar os chamados duplês biométricos. Ao longo de 20 anos, o grupo ia até cartórios conseguir certidões tardias de pessoas que não existiam, o que abria caminho para obter outros documentos de identificação.

Com a identidade falsa, o grupo pedia o BPC ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e indicava como contato telefones e endereços dos investigados. Os intermediários atuavam nas agências do INSS com procurações assinadas a rogo (quando alguém assina em nome de quem declara não saber ou não poder assinar).

Os duplês biométricos eram idosos que emprestavam o rosto e as impressões digitais para se passar por vários beneficiários inexistentes, em diferentes cidades mineiras.

Laudos da perícia da Polícia Federal confirmaram o método ao constatar que uma mesma impressão digital aparecia ligada a diversas identidades no sistema do INSS. Segundo o MPF, mais de 170 laudos papiloscópicos e biométricos embasam a acusação.

O prejuízo aos cofres públicos é calculado em R\$ 86 milhões, com a identificação de 457 aposentadorias fraudadas. Dessas, 240 ainda estavam sendo sacadas com regularidade quando foi deflagrada a Operação Leste do Espinhal, que desmantelou o esquema. A Previdência calcula ter economizado mais de R\$ 35 milhões só com a interrupção do esquema.

Aprovado o benefício, começava a fase de manutenção e saque. Integrantes do grupo ficavam responsáveis pelos cartórios bancários e realizavam retiradas mensais, em caixas ele-

trônicas e na boca da caixa.

Também faziam atualizações cadastrais, pediam a reativação de benefícios suspensos e, em alguns casos, contratavam empréstimos consignados em nome dos beneficiários fictícios. Conforme a denúncia, os pedidos e saques eram distribuídos entre vários municípios, o que ajudava a evitar alertas nos sistemas de controle do INSS.

O MPF descreveu o grupo como "uma rede criminosa integrada, estável e com clara divisão de funções entre seus membros".

Dois dos apontados como líderes do esquema já tinham sido alvo da Operação Femenido, deflagrada em 2022. No processo, os denunciados foram condenados por estelionato previdenciário, mas a dupla foi absolvida da acusação de associação criminosa. A investigação atual nasceu do material apreendido com os dois na mesma ocasião.

O juiz Leonardo Araújo determinou a manutenção da prisão preventiva de 19 réus. Para o magistrado, o risco de reiteração persiste, pois há comprovantes de saques de benefícios fraudulentos até 31 de julho. As medidas cautelares alternativas, portanto, não impediriam o uso de cartões e de terceiros para novos saques.

Outros três réus cumprem medidas cautelares, com monitoramento eletrônico. Três acusados não foram localizados.

A decisão também determina que a Polícia Federal seja comunicada para abrir um novo inquérito, a pedido do MPF, para apurar investigados que não foram denunciados. A nova apuração deve aprofundar as diligências periciais e patrimoniais, incluindo a possível lavagem do dinheiro desviado.

A Operação Leste do Espinhal foi deflagrada em 25 de agosto pela Polícia Federal, em conjunto com a Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP), do Ministério da Previdência Social. A ação integra a Força-Tarefa Previdenciária, formada pela PF e pela pasta. O MPF e o Núcleo de Inteligência Previdenciária também atuaram na investigação.

Foram cumpridas 91 medidas determinadas pela Justiça Federal, entre elas 25 mandados de prisão preventiva e 33 de busca e apreensão, em nove cidades de Minas Gerais e em São Gabriel da Palha (ES). (Folhapress)

Falsas bets prometem até R\$ 3.000 com Pix de R\$ 20 e bloqueiam saque

Uma rede de falsas plataformas de apostas promete retornos de até R\$ 3.000 a partir de depósitos de R\$ 20 a R\$ 30, mas bloqueia o saque por meio da própria programação dos sites, segundo investigação da ZenoX, empresa brasileira de cibersegurança.

O estudo, chamado Saque Fantasma, identificou uma estrutura que simula uma casa de apostas, mostra ao usuário um saldo aparentemente disponível e, no momento do saque, exige um novo pagamento de R\$ 30 para liberar o dinheiro.

A análise do código mostrou que, em determinadas condições, o próprio navegador do usuário fabrica o QR Code usado para a cobrança, e o sistema não consegue confirmar o pagamento da taxa.

Em uma das bases analisadas, a ZenoX encontrou 415 contas de usuários e 231 transações de depósito. Destas, 92% estavam na faixa de R\$ 20 a R\$ 30 e 68% permaneciam com status pendente, sem devolução. O painel interno da plataforma registrava R\$ 107.519 em saldo acumulado entre as contas desde dezembro de 2025.

Outra plataforma relacionada à operação, identificada como NEWWBET7K, tinha uma base com mais de 3.600 contas. Nela, os pesquisadores encontraram nomes, emails e telefones de usuários expostos.

A investigação identificou três domínios como parte da mesma operação: MAXXBET7K, MAXBT7K e NEWWBET7K. Segundo a ZenoX, os sites compartilham elementos de aplicação, infraestrutura, funcionamento e mecanismo de cobrança. A

identidade civil dos responsáveis, porém, não foi confirmada pelo estudo.

O esquema ocorre em meio à proibição das bets no país, decretada pelo governo no dia 25 de setembro. Antes da medida, somente empresas autorizadas pela SPA (Secretaria de Prêmios e Apostas) podiam operar nacionalmente, e os sites autorizados utilizavam o domínio ".bet.br" [algo não seguido pelas plataformas analisadas pelo estudo].

COMO FUNCIONA O GOLPE

A porta de entrada são redes sociais. Segundo o relatório, uma das abordagens coletadas no Instagram orientava o usuário a entrar em um link, fazer um cadastro, depositar R\$ 20 e enviar o comprovante e a chave Pix em troca de R\$ 2.000.

A investigação também encontrou uma conta de TikTok relacionada ao esquema com mais de 126 mil seguidores e 2,5 milhões de curtidas. A operação utilizava Instagram e Telegram para divulgação e suporte.

Depois do primeiro Pix, a vítima encontra uma interface que imita uma plataforma de apostas, com jogos, saldo e registros de supostos saques. O site também apresenta elementos destinados a reforçar a aparência de legitimidade, como uma vitrine de "últimos saques", com nomes parcialmente ocultados e valores altos.

Quando tenta retirar o suposto saldo, o usuário é informado de que precisa pagar uma taxa de R\$ 30 para liberar o saque. O usuário deve gerar um QR Code para o pagamento. O mecanismo res-

ponsável por verificar a transação, porém, não consegue confirmar que a taxa foi paga.

Com isso, o saque continua marcado como "Pagamento da Taxa Pendente". O usuário pode gerar outro QR Code, reiniciando o ciclo. Na base analisada, 157 das 231 transações estavam pendentes.

A plataforma também possuía um mecanismo de bônus condicionado a depósito. Segundo a análise, o usuário era informado de que precisava ter um depósito mínimo de R\$ 30 aprovado para receber o bônus.

A ZenoX conseguiu acessar a estrutura interna das plataformas porque encontrou credenciais de produção expostas no código público do site. A investigação também identificou uma falha que permitia a elevação de privilégios de uma conta durante o cadastro. Essas vulnerabilidades permitiram aos pesquisadores analisar os dados armazenados no backend.

A plataforma NEWWBET7K repetia o modelo encontrado nos outros endereços e apresentava a mesma estrutura de cobrança. Nela, a investigação encontrou uma base com mais de 3.600 contas de usuários.

Os registros continham nomes, emails e telefones. A exposição preocupa também pelo risco de golpes posteriores, já que os dados podem ser utilizados para abordar as próprias vítimas com novas tentativas de fraude.

A ZenoX identificou ainda um canal de suporte da plataforma no Telegram e características de infraestrutura seme-

lhantes às observadas nos demais sites. O conjunto de evidências levou os pesquisadores a classificar os endereços como parte da mesma operação, com alta confiança no nível de código e de modos operando.

O QUE FAZER SE CAIU NO GOLPE

A principal recomendação da ZenoX para quem já fez um depósito é não enviar mais dinheiro. Novas cobranças apresentadas como taxa de saque, verificação, depósito mínimo ou pagamento necessário para liberar o saldo devem ser tratadas como continuidade do golpe.

A orientação é preservar o máximo possível de evidências antes que páginas, perfis ou conversas desapareçam. Entre os registros importantes estão: - comprovantes dos Pix, com data, valor e chave recebedora; - capturas de tela das conversas com quem divulgou a plataforma; - imagens das páginas e dos perfis usados na abordagem; - registros das transações mostradas pelo site; - links e publicações relacionados à falsa bet.

A ZenoX também recomenda registrar denúncia nos canais adequados e reportar os perfis e conteúdos às próprias redes sociais.

A investigação afirma que a rede pode resistir à derrubada de sites específicos por meio da troca de domínios e contas nas redes sociais. Por isso, recomenda o monitoramento de novos endereços que repitam o padrão de nomes e da oferta de depósitos pequenos em troca de retornos elevados. (Folhapress)

Durigan diz não entender euforia do mercado após 1º turno

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, na quarta-feira (7), ter "alguma dificuldade em entender essa euforia" do mercado financeiro após o primeiro turno das eleições.

Ele se referia à valorização da Bolsa e à queda do dólar nesta semana, em um movimento associado pelo mercado à perspectiva de mudança de governo. Segundo Durigan, a reação positiva dos ativos não se sustenta em propostas econômicas concretas da oposição.

Durante participação por videoconferência no 9º Incorpora Abrainc (Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias), em São Paulo, Durigan criticou as promessas da campanha de Flávio Bolsonaro (PL), sem citar o candidato nominalmente, de alcançar um superávit fiscal de 1,5% do PIB. Para o

ministro, não há uma explicação concreta sobre como o resultado seria alcançado.

"A direita fala em superávit de 1,5% do PIB, e isso não é crível, como quem quer", afirmou. Em outro momento, disse que prometer resultados sem explicar como chegar a eles é "vender pastel de vento".

Para Durigan, a comparação entre o governo Lula Inácio Lula da Silva (PT) e a gestão anterior não justificaria uma mudança tão positiva na percepção dos investidores, principalmente em relação às contas públicas.

O ministro afirmou que o risco-país caiu durante o governo Lula e que houve melhoria na percepção de crédito do Brasil sob as regras fiscais atuais. Também criticou a gestão anterior por, segundo ele, ter aumentado despesas sem indicar fontes de compensação.

"Quando você compara coisas concretas, o que foi o governo anterior e o atual governo Lula, é difícil que o anterior ganhe em alguma coisa, em especial na política fiscal", disse.

Durigan defendeu a manutenção e o reforço do arcabouço fiscal, com crescimento das despesas abaixo da expansão das receitas. Segundo ele, a previsibilidade da regra é necessária para reduzir estruturalmente os juros e melhorar as expectativas.

"Nós temos que dar garantia de que essa regra fiscal vai seguir existindo com a receita crescendo mais do que a despesa, de modo que estabilizemos o crescimento da dívida pública", afirmou.

O ministro também citou a reforma tributária como um dos principais avanços para elevar a produtividade brasileira e disse que o país ainda precisa enfrentar

a taxa de juros e o quadro fiscal.

Para uma plateia formada por empresários da construção civil e do mercado imobiliário, Durigan disse que uma vitória de Flávio Bolsonaro poderia provocar um "desastre" no setor.

O ministro defendeu a atuação do Estado em programas habitacionais e mecanismos de financiamento, como o uso do FGTS (fundo de garantia), e afirmou que o setor depende da coordenação entre governo e iniciativa privada para ampliar o crédito e enfrentar o déficit habitacional.

Para Durigan, a redução dos juros é outro ponto central para o setor. O ministro afirmou que o país ainda tem uma "milha final" a corrigir, com a taxa de juros e a situação fiscal, antes de conseguir criar condições mais favoráveis para investimento e crescimento. (Folhapress)

Governo inclui 82 empregadores na lista suja do trabalho escravo

Saúde

Sarampo: Brasil intensifica ações face a avanço nos EUA e nas Américas

Diante do avanço do sarampo nos Estados Unidos (EUA) e em outros países das Américas, o Ministério da Saúde reforçou o alerta de monitoramento do risco da doença no Brasil.

Em nota, a pasta destacou que os Estados Unidos registram o maior número anual de casos em mais de 35 anos e que mais de 90% dos infectados são pessoas não vacinadas ou com situação vacinal desconhecida.

Nas Américas, Estados Unidos, Guatemala, México, Peru e Canadá concentram mais de 95% dos casos confirmados de sarampo ao longo de 2026, conforme dados da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

No Brasil, até 5 de outubro, foram registrados 52 casos importados de sarampo: 41 em São Paulo, 10 no Amazonas e um no Rio de Janeiro.

“Para conter a transmissão, equipes de saúde fazem busca ativa, investigação epidemiológica, monitoramento de contatos e bloqueio vacinal. Nessas regiões, a vacinação foi intensificada em espaços públicos e de grande circulação”, informou o ministério.

A pasta reforça ainda que, mesmo com o registro de casos importados, o Brasil permanece classificado como livre de circulação endêmica do sarampo.

Em 2019, o país registrou mais de 20 mil casos da doença e, após mais de 12 meses de transmissão, perdeu a certificação de eliminação do vírus.

Em novembro de 2024, a Opas voltou a certificar o Brasil como livre da circulação endêmica do sarampo, após a interrupção da transmissão sustentada.

Entre 2023 e 2025, foram



Foto/OMS

confirmados 85 casos da doença, sem óbitos.

Desde 2023, a cobertura de todas as 16 vacinas que compõem o calendário infantil aumentou e o número de crianças não vacinadas caiu 86%, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Dados do ministério mostram que, em 2025, a cobertura da primeira dose da vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, chegou a 93,10% no Brasil, sendo 94,39% em São Paulo e 89,54% no Amazonas.

“A vacina é a principal forma de prevenção e está disponível gratuitamente no SUS [Sistema Único de Saúde]. Quem tem doses em atraso deve procurar uma unidade de saúde para atualizar a caderneta, conforme as recomendações do Programa Nacional de Imunizações”, destacou a pasta.

“Manter as coberturas altas e a vigilância ativa é o que protege a população e impede que casos importados voltem a causar circulação sustentada do vírus no

país”, completou.

Ao longo de 2026, foram realizadas quatro grandes mobilizações de vacinação contra o sarampo, com mais de 3,8 milhões de doses aplicadas em São Paulo e cerca de 192 mil no Amazonas.

Em São Paulo, a imunização foi reforçada na capital, em Guarulhos, em São Bernardo do Campo e em Santo André, com busca ativa, investigação de casos, acompanhamento de contatos e bloqueio vacinal.

A estratégia também inclui a chamada dose zero para crianças de 6 a 11 meses e 29 dias. A dose é adicional às de rotina, previstas aos 12 e aos 15 meses.

Na região de triplíce fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, a resposta ao sarampo foi intensificada após a confirmação de casos importados. As ações incluem vacinação, busca ativa, investigação de casos suspeitos, coleta de amostras, identificação e acompanhamento de contatos e bloqueio vacinal, com o apoio de equipes federais na região. (Agência Brasil)

OMS lança guia para enfrentar obesidade em crianças e adolescentes



Foto/Marcos Cesar Azeiteiro

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou na quarta-feira (7) o primeiro guia de enfrentamento à obesidade em crianças e adolescentes. A prevalência da obesidade nessa faixa etária, segundo a entidade, quadruplicou desde 1990, passando de 2% para 8%.

Dados da agência das Nações Unidas especializada em saúde mostram que, em 2024, 170 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos eram obesas, incluindo 70 milhões com idade entre 5 e 9 anos e 100 milhões com idade entre 10 e 19 anos.

Em nota, a OMS destacou que a obesidade figura como uma doença crônica e recorrente, cujas consequências podem surgir mesmo na infância, aumentando o risco de doenças não transmissíveis, incluindo diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares.

“Crianças e adolescentes com obesidade também podem

sofrer estigma, discriminação e bullying. Prevenir e controlar a obesidade é fundamental para proteger a saúde física e mental de crianças e adolescentes, bem como para apoiar seu crescimento saudável, educação, bem-estar social e qualidade de vida.”

Para crianças e adolescentes obesos, a entidade recomenda intervenções estruturadas envolvendo dieta, atividade física e mudança de comportamento, realizadas individualmente ou como parte de um programa multimodal. “Intervenções de saúde digital são recomendadas condicionalmente, mediante supervisão dos pais ou cuidadores”, destacou a OMS.

A organização não recomenda o tratamento farmacológico, cirurgia bariátrica (que altera o tamanho do estômago e o trato digestivo) ou dispositivos para perda de peso para crianças com até 9 anos.

No caso de adolescentes com idade entre 10 e 19 anos, o trata-

mento com medicamentos aprovados, como as chamadas canetas emagrecedoras, segundo a entidade, pode ser considerado apenas quando um programa multimodal de estilo de vida supervisionado não tiver alcançado os resultados esperados.

“A cirurgia bariátrica pode ser considerada, sob condições rigorosas, para adolescentes com obesidade grave.”

Embora não figure como foco principal das diretrizes, as recomendações também enfatizam a importância de abordar a saúde mental juntamente com a obesidade.

Ansiedade, depressão, baixa autoestima e desregulação emocional, segundo a OMS, podem contribuir para hábitos alimentares pouco saudáveis, sedentarismo e isolamento social.

“Profissionais de saúde devem abordar tanto a obesidade quanto questões de saúde mental de forma precoce e conjunta, utilizando estratégias inclusivas, adequadas ao estágio de desenvolvimento e que envolvam a família”, detalhou a entidade.

Por fim, a organização destacou que o tratamento, por si só, não consegue reverter o aumento da obesidade e defendeu políticas e medidas que tornem dietas saudáveis e atividade física mais acessíveis e de custos mais viáveis, além de ações em educação, planejamento urbano, transporte e proteção social. (Agência Brasil)

O Ministério do Trabalho e Emprego incluiu 82 empregadores na “lista suja” do trabalho escravo, nome pelo qual ficou conhecido o cadastro de empregadores que expõe empresas e pessoas físicas flagradas em fiscalizações de órgãos públicos competentes mantendo trabalhadores nestas condições.

Na atualização feita na terça-feira (06) foram incluídas 54 pessoas físicas e 28 pessoas jurídicas, o que resultou em 553 trabalhadores liberados.

As ocorrências têm natureza de atividades e quantidades de trabalhadores libertados diferentes, indo de registros de um único trabalhador libertado, geralmente de serviços domésticos, para atividades com mais de 50 trabalhadores, como no caso dos 54 trabalhadores libertados no Garimpo Filão dos Abacaxis, em Maués, Amazonas, em fiscalizações nos anos de 2024 e 2025.

Mesmo com grupos consideráveis de trabalhadores libertados, as inclusões desta atualização caíram 51,48% em relação à anterior, feita em abril de 2026. Segundo o ministério a atualização de outubro de 2026 inclui registros distribuídos por 21 uni-



Foto: MDH/Clayton

dades da Federação.

Segundo o MTE, o Cadastro existe para dar transparência aos atos administrativos decorrentes das ações fiscais de combate ao trabalho análogo à escravidão realizadas por Auditores-Fiscais do Trabalho do Ministério e contam com a participação de integrantes da Polícia Federal, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União e, eventualmente, de outras forças policiais.

Cada auto de infração, ocorrido nas fiscalizações dá origem a um processo administrativo no qual os autuados têm acesso às garantias processuais pre-

vistas na Constituição, incluindo o contraditório e a ampla defesa. Após a conclusão ocorre a inclusão na Lista Suja.

Desde 1995, mais de 70 mil trabalhadores e trabalhadoras foram resgatados de condições de trabalho análogas à escravidão, e mais de R\$ 171 milhões foram recebidos pelos trabalhadores.

Denúncias de trabalho análogo à escravidão podem ser feitas de forma remota e sigilosa pelo Sistema Ipê, lançado em 15 de maio de 2020 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). (Agência Brasil)

5º leilão do Eco Invest atrai quase R\$ 50 bilhões para investimentos verdes

O quinto Leilão do Eco Invest Brasil teve R\$ 49,95 bilhões em propostas homologadas para investimentos verdes, destinados a seis cadeias produtivas ligadas à inovação e à transformação ecológica. A rodada recebeu uma demanda total de R\$ 181,3 bilhões, apresentada por seis instituições financeiras.

O resultado foi homologado na quarta-feira (7) pelo Comitê Executivo do Eco Invest Brasil, formado por representantes dos ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Os recursos serão direcionados a fundos de inovação, crédito corporativo e projetos de pesquisa aplicada e empreendedorismo de base tecnológica.

Números do leilão

R\$ 49,95 bilhões: potencial de investimentos homologados; R\$ 181,3 bilhões: demanda apresentada pelos bancos; Seis cadeias produtivas contempladas; Seis instituições financeiras participantes; R\$ 13,2 bilhões: capital público catalítico (dinheiro que mobiliza outros projetos); R\$ 250 milhões: mínimo previsto em doações no primeiro ano; 3,8 vezes: cada R\$ 1 em aporte do Tesouro gera R\$ 3,8 em recursos privados.

Selecionados

Participaram da disputa Banco do Brasil, Bradesco, Citibank, HSBC, Itaú e Santander. Ao final, quatro instituições foram selecionadas para estruturar os fundos e operações: Bradesco: circularidade de resíduos minerais, fertilizantes verdes e química verde; Itaú: automação e inteligência artificial, com R\$ 9,75 bilhões; Santander: minerais críticos, baterias e mobilidade elétrica, com R\$ 6,5 bilhões;

HSBC: combustíveis verdes avançados, biogás e biometa- no, com R\$ 5,2 bilhões.

O modelo prevê que cada instituição financeira atue em uma ou mais cadeias estratégicas, de acordo com sua capacidade de mobilizar capital privado.

A cadeia de circularidade de resíduos minerais e industriais concentrou o maior potencial de investimentos, com R\$ 11 bilhões. Na sequência, aparecem: Fertilizantes verdes, bioinsumos e proteínas alternativas: R\$ 9 bilhões; Biomateriais e química verde: R\$ 8,5 bilhões; Automação e inteligência artificial: R\$ 9,75 bilhões; Minerais críticos, baterias e mobilidade elétrica: R\$ 6,5 bilhões; Combustíveis verdes avançados, biogás e biometa- no: R\$ 5,2 bilhões.

Entre as atividades indicadas pelos bancos, a reciclagem e valorização de resíduos concentram R\$ 8,8 bilhões, enquanto automação, robótica e manufatura inteligente reúnem cerca de R\$ 8,1 bilhões.

Biofertilizantes, bioinsumos e biodefensivos representam R\$ 7,2 bilhões. Já baterias e sistemas de armazenamento de energia somam R\$ 4,55 bilhões.

Capital público

Do capital público catalítico destinado à rodada, R\$ 9 bilhões serão direcionados aos fundos de inovação e R\$ 4,2 bilhões ao crédito corporativo.

O mecanismo utiliza recursos públicos para reduzir riscos e estimular a entrada de capital privado. A chamada estrutura de blended finance busca ampliar o volume de recursos disponíveis sem transformar o dinheiro público em fonte prioritária de rentabilidade para as instituições financeiras.

A alavancagem global do leilão ficou em aproximadamente 3,8 vezes. Na prática, cada R\$ 1 de

recursos públicos catalíticos deverá ajudar a mobilizar quase R\$ 4 em capital público e privado.

Além dos fundos e das linhas de crédito, os bancos selecionados terão de destinar recursos não reembolsáveis à pesquisa aplicada e ao empreendedorismo de base tecnológica.

A previsão é de pelo menos R\$ 250 milhões em doações no primeiro ano para universidades e instituições científicas, tecnológicas e de inovação.

A intenção é aproximar empresas, instituições de pesquisa, startups e investidores, facilitando a passagem de novas tecnologias do desenvolvimento para a produção em escala.

Os critérios do leilão também deram peso maior a propostas com participação de capital estrangeiro e a projetos desenvolvidos em parceria com universidades e instituições de pesquisa ou voltados à aquisição e internalização de tecnologias estrangeiras. (Agência Brasil)

Evolução do programa

Criado no âmbito do Plano de Transformação Ecológica, o Eco Invest Brasil busca atrair investimentos privados, inclusive estrangeiros, para projetos relacionados à transição ecológica e ao desenvolvimento sustentável.

Nos quatro primeiros leilões, o programa havia mobilizado mais de R\$ 140 bilhões. Com os R\$ 49,95 bilhões homologados na quinta rodada, o volume acumulado se aproxima de R\$ 200 bilhões.

O governo considera o programa uma das principais plataformas de financiamento climático e desenvolvimento sustentável do país, ao combinar recursos públicos, mecanismos de redução de riscos e investimentos privados de longo prazo. (Agência Brasil)

TSE marca para esta quinta-feira julgamento que pode definir eleição no Rio

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou para esta quinta-feira (8), às 10h, o julgamento que vai decidir se o candidato ao governo do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (Republicanos) pode desistir de um recurso apresentado ao tribunal.

O resultado do julgamento também pode definir se o candidato Douglas Rual (PL) pode ser declarado eleito no primeiro turno para comandar o governo estadual.

Na última sexta-feira (2), antes da votação, o ministro entendeu que os votos de Garotinho não poderiam ser considerados válidos e deveriam constar como anulados sob o argumento de que o candidato não compareceu ao julgamento no primeiro turno, reali-

zado no último domingo (4).

Em seguida, a defesa de Garotinho desistiu do recurso protocolado contra a decisão do ministro.

Conforme decisão da Justiça Eleitoral do Rio, Garotinho está inelegível por ter sido condenado por ato doloso de improbidade administrativa em 2018.

Se a solicitação de desistência for aceita, os votos de Garotinho podem ser anulados definitivamente.

Com isso, uma nova totalização dos votos será determinada, e o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) poderá proclamar que Douglas Rual foi

eleito no primeiro turno.

Com a nova contagem, Rual passará a obter mais de 50% dos votos válidos, excluídos brancos e nulos, regra principal para que um candidato seja declarado vencedor no primeiro turno.

Rual obteve 4.271.199 votos, equivalentes a 49,27% dos votos válidos, e Eduardo Paes (PSD) conseguiu 3.706.984 votos válidos (42,76%).

Garotinho recebeu 274.411 votos (3,17%). O nome dele continuou na urna porque a decisão do TRE-RJ que barrou o candidato foi tomada após o fechamento do sistema da urna eletrônica. (Agência Brasil)